



20
22

Demonstrações contábeis
Itaú Vida e Previdência S.A.

30 de junho de 2022

Itaú Vida e Previdência S.A.

Relatório da Administração – 2022

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. relativos aos períodos de 30/06/2022 e 31/12/2021 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e de 2021 para resultado, os quais seguem as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

1. Mercado

1.1 Mercado de Seguridade

No período de janeiro a junho de 2022 o faturamento do conjunto dos mercados supervisionados pela SUSEP apresentou aumento de 15,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, com cerca de R\$ 169 bilhões em vendas de seguros (prêmios emitidos), previdência (contribuição) e capitalização (arrecadação). Com a melhora no cenário referente a pandemia de COVID-19, verifica-se uma continuidade na recuperação do setor impulsionado pelos segmentos de previdência (+R\$ 8,2 bilhões) e seguros (+R\$ 12,8 bilhões).

No acumulado de janeiro a junho de 2022, a participação do mercado brasileiro de seguros, previdência e capitalização no PIB ^[1] foi de 3,5%, aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2022, o total das provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização atingiu R\$ 1,3 trilhão, apresentando aumento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

1.2 Mercado de Previdência

A contribuição total dos planos de previdência no acumulado de janeiro até junho de 2022 atingiu R\$ 75,3 bilhões, aumento de 12,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2022, as provisões técnicas de previdência atingiram R\$ 1,13 trilhões, aumento de 7,8% em relação a junho de 2021, principalmente em função do aumento das provisões técnicas de VGBL (+ R\$ 66,8 bilhões).

1.3 Mercado de Seguros de Pessoas

No acumulado de janeiro a junho de 2022, os prêmios ganhos do mercado brasileiro de seguros de pessoas (desconsiderando VGBL e Dotal) ^[2] atingiram R\$ 19,6 bilhões líquidos de resseguro³, com crescimento de 13,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi influenciado pela retomada do seguro viagem e com destaque para o produto vida + acidentes pessoais e de prestamista que apresentaram ambos crescimento de 12,2%.

O índice de sinistralidade ^[3] do mercado de seguros de pessoas, que é obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro, atingiu 30,4 % no acumulado de janeiro até junho de 2022, queda de 18,4 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, impactado pela melhora do cenário referente aos eventos do COVID-19 nos produtos de vida + acidentes pessoais e prestamista.

As provisões técnicas de seguros de pessoas e vida individual atingiram R\$ 75,0 bilhões, aumento de 17,6% em relação a junho de 2021.

2. Desempenho

2.1 Resultados

Variações de 1º de janeiro a 30 de junho de 2022:

O **lucro líquido** foi de R\$ 131,3 milhões no período, decorrente do maior resultado financeiro, do aumento de prêmios ganhos e da redução de sinistros ocorridos em seguros.

2.2 Patrimonial

Variações de 30 de junho de 2022 em relação a 31 de dezembro de 2021:

O **total de ativos** atingiu R\$ 221,2 bilhões, aumento de 2,9%, influenciado principalmente pelas aplicações.

O **patrimônio líquido** totalizou R\$ 3,7 bilhões, redução de 1,1%, decorrente da marcação a mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda.

As **provisões técnicas de seguros e previdência** totalizaram o montante de R\$ 217,0 bilhões, um aumento de 3,0%.

3. Negócios

Em junho de 2022, segundo a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FENAPREVI), o nosso market share de provisões técnicas de previdência foi de 19,3%, enquanto o nosso market share dos planos individuais de previdência foi de 18,6%.

4. Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, conforme disposto em Estatuto Social.

5. Declaração de Capacidade Financeira

Declaramos que a empresa possui capacidade financeira compatível com as suas operações e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento” no montante de R\$ 3,7 bilhões.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e competência que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é atribuída.

São Paulo, 24 de agosto de 2022.

A Administração

[1] O percentual de participação no PIB para cada um dos mercados supervisionados é definido como a relação entre o volume de receitas do respectivo mercado e o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil a partir da estimativa do PIB mensal do Banco Central (BACEN).

[2] Os produtos VGBL e o Dotal têm características de plano de acumulação, assim, foram desconsiderados do agrupamento pessoas para fins de análise de mercado. Dotal é uma modalidade de seguro que detém uma mescla de seguro de vida e plano de acumulação de benefício definido.

[3] Obtido por meio da divisão dos sinistros retidos pelos prêmios ganhos líquidos de resseguro.

Itaú Vida e Previdência S.A.

DIRETORIA

Diretor Presidente

Claudio César Sanches

Diretores

Carlos Henrique Donegá Aidar

Eduardo Nogueira Domeque

José Geraldo Franco Ortiz Junior

Renato Giongo Vichi

Rita Rodrigues Ferreira Carvalho

Atuário

Rogério Pires Calazans Matos

MIBA 1200

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Alfredo Egydio, 7º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

Itaú Vida e Previdência S.A.

Balanco Patrimonial

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		209.283.017	204.089.684
Disponível - Caixa e Bancos	2d II	30.809	155.282
Aplicações	2d III, 3	208.256.188	203.207.084
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		350.559	337.787
Prêmios a Receber	4f I	349.706	334.127
Operações com Resseguradoras		853	3.660
Créditos das Operações com Previdência Complementar		-	2.453
Créditos de Resseguros		-	2.453
Outros Créditos Operacionais		462	270
Ativos de Resseguros e Retrocessão		22.620	5.731
Títulos e Créditos a Receber		550.120	306.140
Títulos e Créditos a Receber		514.445	291.813
Créditos Tributários e Previdenciários	2d VI, 7b	35.655	14.307
Outros Créditos		20	20
Despesas Antecipadas		1.315	4.334
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d VII, 4g	70.944	70.603
Ativo Não Circulante		11.870.478	10.903.813
Realizável a Longo Prazo		11.234.208	10.273.674
Aplicações		10.816.582	9.917.652
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros - Prêmios a Receber	4f I	123	94
Títulos e Créditos a Receber		417.478	355.898
Créditos Tributários e Previdenciários	2d VI, 7b	390.188	330.022
Depósitos Judiciais e Fiscais	5	23.191	22.781
Outros Créditos Operacionais		4.099	3.095
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	2d VII, 4g	25	30
Investimentos		377.437	371.290
Participações Societárias	8	376.498	370.348
Imóveis Destinados à Renda		939	942
Imobilizado	2d IV	1.042	1.058
Imóveis de Uso Próprio		1.040	1.056
Bens Móveis		2	2
Intangível	2d V	257.791	257.791
Outros Intangíveis		257.791	257.791
Total do Ativo		221.153.495	214.993.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.**Balço Patrimonial***(Em milhares de reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Circulante		1.432.680	1.500.366
Contas a Pagar		143.004	291.168
Obrigações a Pagar		28.031	136.679
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		93.486	97.497
Impostos e Contribuições	2d VI	21.487	56.992
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	2d VII	79.528	84.041
Prêmios a Restituir		2.185	2.029
Operações com Resseguradoras		2.109	6.475
Corretores de Seguros e Resseguros		75.056	75.537
Outros Débitos Operacionais		178	-
Depósitos de Terceiros	4f VII	79.024	40.554
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d VII	857.220	820.156
Pessoas		575.647	541.300
Vida Individual		2.880	2.917
Vida com Cobertura por Sobrevida		278.693	275.939
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV, 2d VII	271.786	264.420
Planos não Bloqueados		212.049	200.793
PGBL		59.737	63.627
Outros Débitos - Outros Valores e Provisões		2.118	27
Passivo Não Circulante		215.987.396	209.716.311
Contas a Pagar		109.628	109.090
Obrigações a Pagar		36	260
Tributos Diferidos	2d VI, 7b	109.592	108.830
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	4f III, 4f IV, 2d VII	156.443.896	152.773.482
Pessoas		125	143
Vida com Cobertura por Sobrevida		156.443.771	152.773.339
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	4f III, 4f IV	59.391.432	56.792.566
Planos não Bloqueados		10.933.808	10.105.769
PGBL		48.457.624	46.686.797
Outros Débitos - Provisões Judiciais	2d VIII	42.440	41.173
Patrimônio Líquido	9	3.733.419	3.776.820
Capital Social		2.391.000	2.091.000
Aumento de Capital em Aprovação		-	300.000
Reservas de Capital		309.351	309.351
Reservas de Lucros		1.419.824	1.288.562
Outros Resultados Abrangentes		(386.756)	(212.093)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		221.153.495	214.993.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.**Demonstração do Resultado***(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Operações de Seguros		228.917	83.965
Prêmios Emitidos	4f II, 11b II	337.289	329.268
Contribuições para Coberturas de Riscos	11b II	126.887	95.433
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		(14.609)	(32.851)
Prêmios Ganhos		449.567	391.850
Sinistros Ocorridos	6a	(173.165)	(240.723)
Custos de Aquisição	6c	(63.180)	(61.440)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		6.732	(6.721)
Resultado com Operações de Resseguro		8.963	999
Operações de Previdência		198.382	(73.446)
Rendas de Contribuições e Prêmios	11b II	5.031.819	4.565.801
Constituição da Provisão de Benefício a Conceder		(5.031.578)	(4.568.020)
Receitas de Contribuições e Prêmios de VGBL		241	(2.219)
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	6b	236.368	28.181
Variação de Outras Provisões Técnicas		(34.055)	(96.749)
Custos de Aquisição	6c	(2.110)	(1.916)
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(7.907)	(8.507)
Resultado com Operações de Resseguro		5.845	7.764
Despesas Administrativas	6d	(346.782)	(258.425)
Despesas com Tributos		(31.930)	(10.520)
Resultado Financeiro	6e	145.433	(156.598)
Resultado Patrimonial		11.042	20.833
Resultado Operacional		205.062	(394.191)
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes		10	-
Resultado Antes dos Impostos e Participações		205.072	(394.191)
Imposto de Renda	7a	(46.142)	103.983
Contribuição Social	7a	(27.668)	62.390
Lucro Líquido / (Prejuízo)		131.262	(227.818)
Quantidade de Ações	9a	1.094.526.547	974.681.008
Lucro Líquido / (Prejuízo) por Ação - R\$	2d IX	0,12	(0,28)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente***(Em milhares de reais)*

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo)	131.262	(227.818)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(174.663)	(189.625)
Varição de Valor Justo	(286.137)	(310.479)
Efeito Fiscal	114.455	124.191
Coligadas / Controladas	(2.981)	(3.337)
Total de Outros Resultados Abrangentes	(174.663)	(189.625)
Total do Resultado Abrangente	(43.401)	(417.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
					Legal	Estatutária			
Saldos em 01/01/2021		1.166.000	-	309.351	225.386	1.176.923	458.962	-	3.336.622
Aumento de Capital - AGO/E de 31/03/2021	9a	120.000	-	-	-	(120.000)	-	-	-
Aumento de Capital em Aprovação - AGE's de 27/05 e 30/06/2021	9a	-	700.000	-	-	-	-	-	700.000
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(189.625)	(227.818)	(417.443)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	(227.818)	(227.818)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	(189.625)	-	(189.625)
Absorção de Prejuízo		-	-	-	-	(227.818)	-	227.818	-
Saldos em 30/06/2021	9	1.286.000	700.000	309.351	225.386	829.105	269.337	-	3.619.179
Mutações do Período		120.000	700.000	-	-	(347.818)	(189.625)	-	282.557
Saldos em 01/01/2022		2.091.000	300.000	309.351	232.769	1.055.793	(212.093)	-	3.776.820
Aumento de Capital - AGO/E de 12/01/2022	9a	300.000	(300.000)	-	-	-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente		-	-	-	-	-	(174.663)	131.262	(43.401)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		-	-	-	-	-	-	131.262	131.262
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		-	-	-	-	-	(174.663)	-	(174.663)
Destinações									
Reservas		-	-	-	6.563	124.699	-	(131.262)	-
Saldos em 30/06/2022	9	2.391.000	-	309.351	239.332	1.180.492	(386.756)	-	3.733.419
Mutações do Período		300.000	(300.000)	-	6.563	124.699	(174.663)	-	(43.401)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de reais)

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Lucro Líquido / (Prejuízo) Ajustado		120.570	(407.668)
Lucro Líquido / (Prejuízo)		131.262	(227.818)
Ajustes para:		(10.692)	(179.850)
Depreciações e Amortizações		19	27
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia		(2.221)	(848)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões		741	1.760
Constituição / (Reversão) de Provisões para Contingências		3.953	4.046
Resultado de Equivalência Patrimonial		(9.131)	(18.225)
Tributos Diferidos		(4.053)	(166.610)
Variação nas Contas Patrimoniais		(33.153)	(480.909)
Ativos Financeiros		(6.234.171)	1.342.524
Créditos das Operações de Seguros e Resseguros		(10.683)	(35.127)
Ativos de Resseguros e Retrocessão		(16.889)	8.149
Depósitos Judiciais e Fiscais		1.811	941
Despesas Antecipadas		3.019	(69)
Outros Ativos		(186.072)	(246.781)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		65.592	362.221
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros		(4.513)	1.402
Depósitos de Terceiros		38.470	(31.832)
Provisões Técnicas - Seguros e Previdência		6.313.710	(1.878.221)
Outros Passivos		(3.427)	(4.116)
Caixa Gerado / (Consumido) pelas Operações		87.417	(888.577)
Imposto sobre o Lucro Pagos		(71.890)	-
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades Operacionais		15.527	(888.577)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(140.000)	-
Aumento de Capital		-	700.000
Caixa Líquido Gerado / (Consumido) nas Atividades de Financiamento		(140.000)	700.000
Aumento / (Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa	2d II	(124.473)	(188.577)
Caixa e equivalente de caixa no início do período		155.282	204.866
Caixa e equivalente de caixa no final do período		30.809	16.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Itaú Vida e Previdência S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 30/06/2022 e 31/12/2021 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2022 e 2021 para Resultado

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Itaú Vida e Previdência S.A. (ITAÚ VIDA ou empresa) é uma empresa do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, com atuação em todas as regiões do país e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar seguros dos ramos de pessoas e planos de previdência privada, conforme definido na legislação vigente.

O principal acionista da ITAÚ VIDA é a Itaúseg Participações S.A. com participação de 100,00%, empresa participante do Conglomerado Itaú Unibanco.

As operações da ITAÚ VIDA são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING). Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de agosto de 2022.

Nota 2 - Políticas Contábeis Significativas

a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pela SUSEP, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB, na forma homologada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Notas 2d III, 3a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

b) Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

I - Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 30 de junho de 2022

- Resolução CNSP nº 432/2021 – Substitui a Resolução CNSP nº 321/15, a partir de 03/01/2022, agregando prazo para adequação dos ajustes de patrimônio líquido ajustado dados pela Resolução CNSP nº 412/21.

- Circular SUSEP nº 648/2021 – Substitui a Circular SUSEP nº 517/15, a partir de 03/01/2022, alterando, principalmente, a forma de reconhecimento da reversão da reserva de contingência de benefícios; do ágio e deságio para entidade cessionária de carteiras.

II - Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Não houve novos pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período.

c) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Financeiras, devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos que apresentam risco significativo e podem ter impacto relevante nos valores de

ativos e passivos são divulgados a seguir. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e julgamentos.

I - Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de inputs específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II - Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*) do Ágio

A revisão do ágio por redução ao valor recuperável reflete a melhor estimativa da Administração sobre os fluxos de caixa futuros das Unidades Geradoras de Caixa (UGC), com a identificação das UGC e a estimativa de seu valor justo menos custos de venda e/ou valor em uso. Utiliza-se da metodologia do fluxo de caixa descontado para um período de 5 anos, premissas macroeconômicas, de taxa de crescimento e taxa de desconto.

III - Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que se considera provável que a empresa gerará lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

IV - Provisões Técnicas

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações da empresa para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da empresa, em avaliações comparativas e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetivam a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos no resultado do respectivo período.

V - Provisões, Contingências e Obrigações Legais

A empresa revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como perdas prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos - Provisões Judiciais.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Resumo das Principais Políticas Contábeis

I - Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras da empresa estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação.

II - Caixa e Equivalentes de Caixa

É definido como caixa e contas correntes em bancos e investimentos com prazo original igual ou inferior a 90 dias, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponível - Caixa e Bancos.

III - Aplicações, Ativos e Passivos Financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os Ativos e Passivos Financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros Mantidos para Negociação.
- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.
- Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.
- Empréstimos e Recebíveis.
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos e passivos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

III.I - Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Ativos Financeiros adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

III.II - Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Ativos Financeiros que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de Ativos Financeiros, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

III.III - Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

Ativos Financeiros, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor justo quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor justo.

Os declínios no valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e dos Mantidos até o Vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

III.IV - Empréstimos e Recebíveis

A empresa classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Crédito das Operações com Seguros e Resseguros e Títulos e Créditos a Receber.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

III.V - Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os Passivos Financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Resultado Financeiro.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração. Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para ativos financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

IV - Imobilizado

O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

A empresa avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso, sendo que os ativos são agrupados no nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado na rubrica Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes.

Nos períodos, não houve a indicação de redução ao valor recuperável em valores recuperáveis de ativos.

V - Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, que se trata da diferença entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data da aquisição. Contemplam, substancialmente, ágios pagos em aquisições, decorrentes da reorganização societária realizada em função da associação dos conglomerados Itaú e Unibanco. São classificados em ativos de vida útil indefinida e avaliados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Nos períodos, não houve indício de perda, considerando que tais ativos continuam gerando os benefícios econômicos esperados.

VI - Imposto de Renda e Contribuição Social

Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Impostos e Contribuições e Créditos Tributários e Previdenciários, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos no final de cada período. Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Títulos e Créditos a Receber - Créditos Tributários e Previdenciários e Contas a Pagar – Tributos Diferidos, respectivamente.

VII - Contratos de Seguros

Contrato de seguro é um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11, assim como aqueles que transferem risco financeiro significativo.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

Uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros pode ser encontrada na Nota 4.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido.

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

Resseguros

No curso normal dos negócios, a empresa ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente, riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade, que entende serem apropriados para cada segmento e produto, e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Esses contratos permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador.

A empresa detém basicamente contratos não proporcionais, os quais transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro desses contratos contabilizados na rubrica Resultado com Operações de Resseguros, de acordo com a vigência contratual.

Se há evidência de perda pelo valor recuperável relacionado aos ativos de resseguro, a empresa constitui redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 180 dias, a partir do registro de crédito referentes à restituição de sinistros pagos.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos são lançados diretamente no resultado quando incorridos, com exceção dos custos de aquisição diferidos (comissões

pagas aos corretores, agenciamento e angariação), que são lançados proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo correspondente ao contrato de seguro.

Passivos de Contratos de Seguros

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas.

Derivativos Embutidos

Não há derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo.

Teste de Adequação do Passivo

A empresa realiza o teste de adequação dos passivos utilizando premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Caso a análise demonstre insuficiência, qualquer deficiência identificada será contabilizada no resultado do período.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação de passivo estão detalhados na Nota 4.

VIII - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

Ativos contingentes e passivos contingentes são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a Administração da empresa entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente correspondem a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Outros Débitos – Provisões Judiciais.
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada.
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

IX - Lucro por Ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores da empresa pelo número de ações ordinárias em circulação em cada exercício. Não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído são o mesmo.

X - Receitas

As receitas de prêmio dos contratos de seguros são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices por meio da constituição/reversão da Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG. As contribuições recebidas de participantes de planos de previdência privada são reconhecidas no resultado do exercício, quando efetivamente recebidas pela empresa. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é recolhido simultaneamente ao prêmio.

Nota 3 - Aplicações

As operações realizadas entre partes relacionadas estão detalhadas na Nota 10a.

a) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação

Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2022	31/12/2021
Fundos de Investimentos		207.035.516	202.037.771
Ações		6.821.181	12.675.298
Certificados de Recebíveis do Agronegócio		122.841	84.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários		322.164	303.037
Certificados de Depósito Bancário		211.693	95.778
Compromissadas		18.715.742	20.515.505
Contas a Receber / (Pagar)		678.384	493.579
Debêntures		22.078.789	15.651.744
Derivativos		268.338	210.120
Cotas de Fundos de Investimentos		14.335.790	10.065.604
Letras Financeiras		12.601.272	7.708.468
Letras Financeiras do Tesouro		66.241.228	59.809.673
Letras do Tesouro Nacional		22.299.550	19.887.222
Notas de Crédito		1.912.698	1.417.664
Notas do Tesouro Nacional		40.237.228	52.982.996
Depósito a Prazo com Garantia Especial		188.618	136.788
Títulos de Empresas		1.054.879	1.123.872
Ações		337.853	315.392
Certificados de Recebíveis Imobiliários	CDI +3,25%	179	286
Debêntures	CDI +1,66% / IPCA +6,69%	470.461	539.752
Letras Financeiras	IPCA +5,54%	218.801	210.040
Notas de Crédito	CDI + 1,36%	27.585	58.402
Total		208.090.395	203.161.643

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
Sem vencimento	22.173.234	23.551.720
Até um ano	32.978.956	36.363.030
De um a cinco anos	113.698.010	110.260.624
De cinco a dez anos	29.696.960	22.470.929
Após dez anos	9.543.235	10.515.340
Total	208.090.395	203.161.643
Circulante	208.090.395	203.161.643
Não Circulante	-	-

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O valor justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2022			31/12/2021		
		Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo	Custo	Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	Valor Justo
Títulos Públicos		7.945.068	(635.399)	7.309.669	6.884.852	(349.422)	6.535.430
Notas do Tesouro Nacional	IGPM+12,00% / IPCA+6,00% / PRÉ 10%	7.945.068	(635.399)	7.309.669	6.884.852	(349.422)	6.535.430
Total		7.945.068	(635.399)	7.309.669	6.884.852	(349.422)	6.535.430

O valor justo dos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
Até um ano	165.793	45.441
De um a cinco anos	501.505	621.897
De cinco a dez anos	3.044.843	2.861.198
Após dez anos	3.597.528	3.006.894
Total	7.309.669	6.535.430
Circulante	165.793	45.441
Não Circulante	7.143.876	6.489.989

c) Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

O Custo Amortizado correspondente aos Ativos Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seguir:

	Taxa Média a.a.	30/06/2022	31/12/2021
Títulos Públicos		2.721.063	2.541.078
Notas do Tesouro Nacional	IGPM+12,00% / IPCA+6,00%	2.721.063	2.541.078
Fundos de Investimentos		951.643	886.585
Notas do Tesouro Nacional		951.643	886.585
Total		3.672.706	3.427.663

Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, se avaliados a valor justo, apresentariam em 30/06/2022 um ajuste ao valor justo não contabilizado no valor de R\$ 739.233 (R\$ 608.579 em 31/12/2021).

O Custo Amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes:

	30/06/2022	31/12/2021
De cinco a dez anos	3.405.929	3.174.887
Após dez anos	266.777	252.776
Total	3.672.706	3.427.663
Circulante	-	-
Não Circulante	3.672.706	3.427.663

d) Movimentação das Aplicações

	30/06/2022			31/12/2021	
	Mantido para Negociação	Disponível para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	203.161.643	6.535.430	3.427.663	213.124.736	219.394.784
Aplicações	44.741.225	744.077	5.583	45.490.885	89.866.419
Resgate de Principal	(48.437.694)	(286.557)	(148.270)	(48.872.521)	(100.211.374)
Resultado Financeiro	8.625.221	602.696	387.730	9.615.647	5.174.672
Ajustes ao Valor Justo (no Patrimônio Líquido)	-	(285.977)	-	(285.977)	(1.099.765)
Saldo Final	208.090.395	7.309.669	3.672.706	219.072.770	213.124.736

e) Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos níveis de hierarquia do Valor Justo.

	30/06/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Mantidos para Negociação	732.943	207.332.204	25.248	208.090.395	584.120	202.541.774	35.749	203.161.643
Fundos de Investimentos	-	207.035.516	-	207.035.516	-	202.037.771	-	202.037.771
Títulos de Empresas	732.943	296.688	25.248	1.054.879	584.120	504.003	35.749	1.123.872
Disponíveis para Venda	7.309.669	-	-	7.309.669	6.535.430	-	-	6.535.430
Títulos Públicos	7.309.669	-	-	7.309.669	6.535.430	-	-	6.535.430

f) Exposição Máxima dos Ativos Financeiros Segregados por Setor de Atividade

	30/06/2022	%	31/12/2021	%
Financeiros	32.899.449	15,0%	29.998.320	14,1%
Indústria e Comércio	6.639.098	3,0%	6.116.262	2,9%
Outros Setores	17.688.575	8,1%	16.117.769	7,5%
Serviços	18.980.351	8,7%	16.077.695	7,5%
Setor Público	142.865.297	65,2%	144.814.690	68,0%
Total	219.072.770	100,0%	213.124.736	100,0%

O quadro abaixo apresenta a carteira dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	30/06/2022				31/12/2021			
	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total	Mantidos para Negociação	Disponíveis para Venda	Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	207.949.565	7.309.669	3.672.706	218.931.940	203.151.738	6.535.430	3.427.663	213.114.831
Médio	134.650	-	-	134.650	71	-	-	71
Alto	6.180	-	-	6.180	9.834	-	-	9.834
Total	208.090.395	7.309.669	3.672.706	219.072.770	203.161.643	6.535.430	3.427.663	213.124.736
%	95,0%	3,3%	1,7%	100,0%	95,3%	3,1%	1,6%	100,0%

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio e alto) e a probabilidade de inadimplência (PD) associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%

Nota 4 - Contratos das Operações

A empresa oferece ao mercado os produtos de seguros, vida individual e vida com cobertura de sobrevivência com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado. Os produtos são ofertados por meio das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais eletrônicos e agências do Itaú Unibanco, conforme exigências regulatórias, emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

a) Seguros

Contrato firmado entre partes visando proteger os bens do cliente, que mediante o pagamento de prêmio, fica protegido por meio de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, a empresa, constitui provisões técnicas, por meio de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pela empresa se dividem em seguros elementares e seguros de vida:

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida.
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

b) Vida Individual e Vida com Cobertura de Sobrevivência

- Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, através de investimentos feitos a longo prazo, cujo produto é denominado VGBL.

c) Previdência Privada

Desenvolvido para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, por meio de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

d) Divulgação das tábuas, taxas de carregamento e taxas de juros dos principais produtos comercializados

A empresa comercializa produtos de previdência complementar empresariais, na modalidade de PGBL e VGBL (seguro de vida com cobertura por sobrevivência) e em 2011 iniciou a comercialização de produtos atrelados à tábua de sobrevivência brasileira BR-EMS, que garantem juros que variam de 0% a 4% na fase de concessão do benefício, e atualização anual do benefício pelo IPCA.

e) Provisões Técnicas

- **Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG)** – constituída com base nos prêmios de seguros, para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer. No cálculo, considera-se o prazo a decorrer tanto dos riscos assumidos e emitidos quanto dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) nas apólices ou endossos dos contratos vigentes, pelo critério *pro rata die*.

- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos às indenizações, pecúlios e rendas vencidas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo de regulação até a sua liquidação final.
- **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. Abrange valores relativos a indenizações, pecúlios e rendas, todos brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro, quando aplicável. A metodologia de cálculo é realizada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de *run-off*, com base no comportamento histórico observado.
- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)** - constituída para a cobertura dos compromissos assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício e/ou da indenização.
- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC)** - constituída para a cobertura dos compromissos de pagamento de indenizações e/ou benefícios assumidos com os participantes ou segurados, com base nas premissas determinadas no contrato, depois de ocorrido o evento.
- **Provisão de Excedentes Financeiros (PEF)** - constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit financeiro, quando previsto em contrato. Corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida no produto.
- **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** - constituída quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor.
- **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)** - constituída para cobertura dos valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios ou fundos, às portabilidades solicitadas e, por qualquer motivo, ainda não transferidos para a sociedade seguradora ou entidade aberta de previdência complementar receptora e aos prêmios recebidos e não cotizados.
- **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** - constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a benefícios e indenizações, em função de eventos ocorridos e a ocorrer.
- **Provisão de Excedentes Técnicos (PET)** – constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos na operacionalização de seus contratos, caso haja sua previsão contratual, conforme regulamentação em vigor.

f) Principais informações relativas às operações

I - Prêmios a Receber e Redução ao Valor Recuperável, considerando os Prazos Médios de Vencimento

	Vincendos		Vencidos		Redução ao Valor Recuperável		Total	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
de 1 a 30 dias	55.629	49.621	1.312	1.010	(1.116)	(1.009)	55.825	49.622
de 31 a 60 dias	49.588	44.536	621	412	(364)	(261)	49.845	44.687
de 61 a 120 dias	83.810	92.399	268	185	(800)	(647)	83.278	91.937
de 121 a 180 dias	67.111	66.262	56	46	(521)	(417)	66.646	65.891
de 181 a 365 dias	94.841	82.512	61	79	(790)	(601)	94.112	81.990
superior a 365 dias	123	94	327	357	(327)	(357)	123	94
Total	351.102	335.424	2.645	2.089	(3.918)	(3.292)	349.829	334.221

Critérios de Parcelamento

A Seguradora utiliza como prazo médio de parcelamento na comercialização os seguintes critérios:

Seguro de Pessoas

Seguros dos ramos de Vida, Acidentes Pessoais e Prestamistas direcionados a Pessoas Físicas ou Jurídicas com pagamento de prêmio único ou prêmio mensal.

Seguros Patrimoniais

Seguros direcionados a Pessoas Jurídicas com pagamento de prêmio único ou parcelado em 1+10 vezes.

II - Prêmios a Receber - Movimentação

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	334.221	325.523
Prêmios Emitidos Líquidos ⁽¹⁾	337.267	646.895
Recebimentos	(321.055)	(637.069)
Redução ao Valor Recuperável ((Constituição) / Reversão)	(626)	(216)
Prêmios-Riscos Vigentes não Emitidos ⁽¹⁾	22	(912)
Saldo Final	349.829	334.221

1) Valores correspondentes a rubrica Prêmios Emitidos da Demonstração do Resultado.

III - Saldo das Provisões Técnicas

	30/06/2022			31/12/2021		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Prêmios não Ganhos (PPNG)	368.800	11.744	380.544	354.135	12.018	366.153
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Concedidos (PMBC)	2.033	215.136.428	215.138.461	2.082	208.874.566	208.876.648
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	-	365.025	365.025	-	357.929	357.929
Excedente Financeiro (PEF)	-	698.776	698.776	-	691.338	691.338
Sinistros a Liquidar (PSL)	129.718	77.619	207.337	113.591	78.391	191.982
Sinistros / Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	75.297	27.402	102.699	71.794	27.402	99.196
Despesas Relacionadas (PDR)	2.804	68.688	71.492	2.758	64.620	67.378
Total	578.652	216.385.682	216.964.334	544.360	210.106.264	210.650.624
Circulante			1.129.006			1.084.576
Não Circulante			215.835.328			209.566.048

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

IV - Movimentação das Provisões Técnicas

	30/06/2022			31/12/2021		
	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total	Seguros ⁽¹⁾	Previdência	Total
Saldo Inicial - 01/01	544.360	210.106.264	210.650.624	531.408	216.347.324	216.878.732
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	337.289	5.031.819	5.369.108	645.983	9.620.876	10.266.859
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(322.093)	-	(322.093)	(636.541)	-	(636.541)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(123.744)	(184.638)	(308.382)	(316.278)	(372.392)	(688.670)
(+) Sinistros avisados	133.084	-	133.084	314.945	-	314.945
(-) Resgates	-	(7.781.455)	(7.781.455)	-	(16.837.396)	(16.837.396)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	(173.381)	(173.381)	-	(3.395.712)	(3.395.712)
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	6.685	9.321.473	9.328.158	9.174	5.221.077	5.230.251
(+/-) Outras (Constituição / (Reversão))	3.071	65.600	68.671	(4.331)	(477.513)	(481.844)
Saldo Final	578.652	216.385.682	216.964.334	544.360	210.106.264	210.650.624

1) Não contempla as provisões técnicas de seguros de vida com cobertura por sobrevivência, que são alocadas na coluna de previdência.

V - Ativos Garantidores em Cobertura das Provisões Técnicas

Os valores dos bens e direitos vinculados à SUSEP em cobertura das provisões técnicas estão demonstrados no quadro abaixo:

	30/06/2022	31/12/2021
Total das Provisões Técnicas	216.964.334	210.650.624
(-) Direitos Creditórios ⁽¹⁾	(319.069)	(305.263)
(-) Resseguros ⁽²⁾	(13.929)	(2.978)
Montante a ser Garantido	216.631.336	210.342.383
Títulos Públicos	10.027.981	9.073.596
Fundos de Investimentos	206.324.815	201.476.232
Títulos de Empresas	1.047.202	799.217
Garantias das Provisões Técnicas	217.399.998	211.349.045
Cobertura Excedente	768.662	1.006.662

1) Apurado com base na rubrica Prêmios a Receber, líquido das parcelas cedidas em cosseguros e resseguros, quando aplicável.

2) Conforme legislação em vigor as sociedades seguradoras podem deduzir do total das provisões técnicas constituídas as parcelas de prêmios e de sinistros transferidas a terceiros em operações de resseguros e retrocessão, como também, os custos de aquisição diferidos.

VI - Índices

Principais Ramos de Seguros	Comercialização % ⁽¹⁾		Sinistralidade % ⁽¹⁾	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Acidentes Pessoais Coletivo	17,9%	18,5%	19,7%	15,1%
Doenças Graves ou Terminais	26,4%	26,0%	29,5%	30,8%
Vida em Grupo	19,4%	19,4%	49,3%	75,0%

1) O sinistro e comercialização utilizados como base de cálculo estão líquidos de resseguro e calculados sobre prêmios ganhos líquidos de resseguros.

VII - Depósitos de Terceiros

Correspondem basicamente a prêmios e emolumentos recebidos e cobrança antecipada de prêmios com vencimento de 1 a 30 dias.

g) Custos de Aquisição Diferidos

Ramo	30/06/2022	31/12/2021
Vida em Grupo	47.255	46.415
Acidentes Pessoais Coletivo	11.849	12.102
Demais Ramos	11.865	12.116
Total	70.969	70.633
Circulante	70.944	70.603
Não Circulante	25	30
Saldo Inicial - 01/01	70.633	68.545
Constituições	63.516	128.052
Amortizações	(63.180)	(125.964)
Saldo Final	70.969	70.633

Os custos de aquisição diferidos de resseguros estão demonstrados na rubrica do Balanço Patrimonial Ativos de Resseguros e Retrocessão.

h) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

I - Bruto de Resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	207.337
(-) IBNER	55.556
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	6.447
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (Ia + Ib)	145.335

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações da empresa. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela ilustra como a estimativa do sinistro se desenvolve através do tempo e a parte inferior reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço.

Ia - Sinistros administrativos - bruto de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	Total
No Final do Período de Divulgação	206.007	204.548	213.147	317.591	286.558	
1 Ano Depois	203.667	204.990	209.196	308.418		
2 Anos Depois	204.530	205.688	211.964			
3 Anos Depois	205.106	207.041				
4 Anos Depois	205.912					
Estimativa Corrente	205.912	207.041	211.964	308.418	286.558	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	200.191	200.597	205.259	296.463	242.144	1.144.654
Passivo Reconhecido no Balanço	5.721	6.444	6.705	11.955	44.414	75.239
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						34.495
Total de Sinistros Administrativos						109.734

Ib - Sinistros judiciais - bruto de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	Total
No Final do Período de Divulgação	2.521	3.112	2.318	3.392	1.206	
1 Ano Depois	4.790	6.429	5.602	5.710		
2 Anos Depois	7.757	8.698	6.978			
3 Anos Depois	9.628	10.349				
4 Anos Depois	10.359					
Estimativa Corrente	10.359	10.349	6.978	5.710	1.206	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	8.031	7.879	3.860	741	93	20.604
Passivo Reconhecido no Balanço	2.328	2.470	3.118	4.969	1.113	13.998
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						21.603
Total de Sinistros Judiciais						35.601

II - Líquido de resseguro

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	207.337
(-) IBNER	55.556
(-) Resseguros	11.812
(-) Retrocessão e Outras Estimativas	6.447
Total Apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros (IIa + IIb)	133.523

IIa - Sinistros administrativos - líquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	Total
No Final do Período de Divulgação	205.269	203.754	212.588	315.812	275.226	
1 Ano Depois	202.654	204.410	208.743	308.039		
2 Anos Depois	203.949	205.627	211.511			
3 Anos Depois	204.616	206.981				
4 Anos Depois	205.422					
Estimativa Corrente	205.422	206.981	211.511	308.039	275.226	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	199.701	200.537	204.806	296.084	242.322	1.143.450
Passivo Reconhecido no Balanço	5.721	6.444	6.705	11.955	32.904	63.729
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						34.494
Total de Sinistros Administrativos						98.223

IIb - Sinistros judiciais - líquido de resseguro

Data de Cadastro	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2022	Total
No Final do Período de Divulgação	2.521	2.942	2.318	3.392	1.191	
1 Ano Depois	4.790	6.259	5.426	5.668		
2 Anos Depois	7.757	8.528	6.802			
3 Anos Depois	9.628	10.179				
4 Anos Depois	10.359					
Estimativa Corrente	10.359	10.179	6.802	5.668	1.191	
Pagamentos Acumulados até a Data-Base	8.031	7.709	3.969	699	93	20.501
Passivo Reconhecido no Balanço	2.328	2.470	2.833	4.969	1.098	13.698
Passivo em Relação aos Períodos Anteriores						21.602
Total de Sinistros Judiciais						35.300

A abertura da tabela de desenvolvimento de sinistros entre administrativo e judicial evidencia a realocação dos sinistros administrativos até determinada data base em que se tornam judiciais, o que pode induzir a uma falsa impressão de necessidade de ajuste nas provisões em cada abertura.

III - Sinistros a Liquidar - Judiciais

	Quantidade		Valor	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo Inicial - 01/01	1.326	1.451	34.802	37.655
Constituições	142	364	5.890	21.641
Baixa da provisão por êxito, alteração de estimativas ou probabilidades	(248)	(268)	(2.287)	(12.595)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	-	-	3.883	9.641
Pagamentos efetuados	(82)	(221)	(6.687)	(21.540)
Saldo Final	1.138	1.326	35.601	34.802

O valor de abertura do sinistro judicial refere-se ao valor contábil da data do registro de recebimento da ação baseado na estimativa de perda da seguradora na época, valores brutos de resseguros.

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial.

i) Teste de Adequação de Passivo

A empresa realiza o Teste de Adequação de Passivos semestralmente, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa de suas obrigações futuras. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência significativa em 30/06/2022 e 31/12/2021.

As premissas utilizadas no teste são revistas periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias, representando, desta forma, as melhores estimativas para as projeções dos fluxos de caixa.

Metodologia e Agrupamento do Teste

Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triângulo de *run-off* com periodicidade trimestral. Para os produtos de previdência, os fluxos de caixa da fase de diferimento e da fase de concessão são testados separadamente.

O critério de agrupamento de riscos aplicado considera grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.

Com relação aos fluxos de resseguro, quando aplicável, os mesmos são obtidos através de uma relação dos fluxos brutos de resseguro.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Tábuas Biométricas

As tábuas biométricas vêm a ser instrumentos para se medir o risco biométrico representado pela probabilidade de morte, sobrevivência ou invalidez de um participante.

Para as estimativas de morte e sobrevivência são utilizadas as tábuas BR-EMS vigentes, e para as estimativas de entrada em invalidez é utilizada a tábua Álvaro Vindas.

- Taxa de Juros Livre de Risco

A relevante estrutura a termo de taxa de juros livre de risco (ETTJ) vêm a ser um indicador do valor puro do dinheiro no tempo usado para precificar o conjunto dos fluxos de caixa projetados.

A ETTJ foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro divulgada pela SUSEP.

- Taxa de Conversão em Renda

A taxa de conversão em renda representa a expectativa de conversão dos saldos acumulados pelos participantes em benefício de aposentadoria. A decisão de conversão em renda por parte dos participantes é influenciada por fatores comportamentais, econômicos e tributários.

- Outras Premissas

Despesas relacionadas, sinistralidade, cancelamentos e resgates parciais, aportes e contribuições futuras, dentre outros, são premissas que impactam na estimativa de fluxos de caixa projetados à medida que representam despesas e receitas oriundas dos contratos de seguros assumidos.

j) Capital para a Atividade de Seguros

Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), Capital Mínimo Requerido (CMR) e Índice de Liquidez

O quadro abaixo demonstra o cálculo da suficiência de capital, de acordo com as resoluções vigentes:

	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido	3.733.419	3.776.820
(-) Participações Societárias	(376.498)	(370.348)
(-) Despesas Antecipadas	(1.315)	(4.334)
(-) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias	(309.196)	(189.926)
(-) Ativos Intangíveis ⁽¹⁾	(154.674)	(154.674)
(-) Imóveis urbanos (e direitos de vendas)	(1.979)	(1.998)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(14.101)	(14.567)
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(202.472)	(287.681)
(+/-) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	442.816	334.718
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 1 (a)	3.116.000	3.088.010
% Nível 1 sobre CMR	108,3%	121,3%
(+) Superávit de fluxos prêmios / contribuições não registrados apurado no TAP	94.190	93.353
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios / contribuições registradas	132.718	134.137
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2	226.908	227.490
(-) Ajuste de excesso de PLA Nível 2	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 2 após deduções (b)	226.908	227.490
% Nível 2 sobre CMR	7,9%	8,9%
(+) Ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias, limitado a 15% do CRM	309.196	189.926
(+) Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado	1.979	1.998
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3	311.175	191.924
(-) Ajuste de excesso de PLA Nível 3	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado - Nível 3 após deduções (c)	311.175	191.924
% Nível 3 sobre CMR	10,8%	7,5%
(-) Excesso ao limite de 15% do CMR para cobertura por PLA de nível 3 (f)	-	-
(-) Excesso ao limite de 50% do CMR para cobertura pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 (g)	-	-
Ajuste do excesso de Patrimônio Líquido Ajustado de Nível 2 e Nível 3 = menor valor entre (f) e (g)	-	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) = soma de (a), (b), (c)	3.654.083	3.507.424
Capital Base (d)	15.000	15.000
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.657.643	1.567.743
Capital Adicional de Risco de Crédito	193.503	155.640
Capital Adicional de Risco Operacional	173.571	168.517
Capital Adicional de Risco de Mercado	1.637.661	1.332.492
Benefício da Correlação entre Risco	(786.273)	(678.949)
Capital de Risco (e)	2.876.105	2.545.443
Capital Mínimo Requerido (CMR) = maior valor entre (d) e (e)	2.876.105	2.545.443
Suficiência de Capital (PLA - CMR)	777.978	961.981

1) A dedução dos ativos intangíveis considera o ágio por expectativa de rentabilidade futura, líquido da redução ao valor recuperável e das obrigações fiscais diferidas resultantes da diferença temporária associada.

Nota 5 - Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes

A empresa, em decorrência do curso normal de suas atividades, poderá figurar como parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Ativos Contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências

As provisões relativas às discussões administrativas e judiciais da empresa são de longo prazo, e em virtude do tempo de tramitação desses processos impedem a divulgação de prazo para encerramento.

A empresa com base em pareceres de seus assessores legais, não está envolvido em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais, além dos destacados no decorrer desta nota, que possam afetar, de forma relevante, os resultados de suas operações.

Ações Cíveis

As provisões e as contingências decorrem, geralmente, de pleitos relacionados à revisão de contratos e de ações de indenização por danos materiais e morais, sendo os processos classificados da seguinte forma:

Processos Massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, tendo em conta a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum). As contingências e as provisões são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor do pedido e particularidades das ações. A probabilidade de perda é estimada conforme as particularidades das ações.

Ações Trabalhistas

As provisões e as contingências decorrem de ações em que se discutem pretensos direitos trabalhistas específicos à categoria profissional, tais como: horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria, entre outros. Esses processos possuem a seguinte classificação:

Processos Massificados: referem-se às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. O valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico, que precifica as ações e é reavaliado considerando as decisões judiciais proferidas. As provisões e as contingências são ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados: referem-se às ações com características peculiares ou de valor relevante. A apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido. A probabilidade de perda é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação.

I - Provisões Cíveis e Trabalhistas

Segue abaixo a movimentação das provisões cíveis, trabalhistas e outros riscos:

	30/06/2022			31/12/2021	
	Cíveis	Trabalhistas	Outros Riscos	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	12.727	5.311	302	18.340	21.439
(-) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	-	-	-	(10)
Subtotal	12.727	5.311	302	18.340	21.429
Atualização / Encargos	45	229	-	274	(1.544)
Movimentação do Período Refletida no Resultado	3.390	551	5	3.946	8.795
Constituição	3.441	653	5	4.099	8.829
Reversão	(51)	(102)	-	(153)	(34)
Pagamento	(2.429)	(998)	-	(3.427)	(10.340)
Subtotal	13.733	5.093	307	19.133	18.340
(+) Provisões Garantidas por Cláusula de Indenização	-	-	-	-	-
Saldo Final	13.733	5.093	307	19.133	18.340
Saldo Final em 31/12/2021	12.727	5.311	302	18.340	
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2022	459	3.194	-	3.653	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2021	306	3.528	-	3.834	

No Balanço Patrimonial contempla Depósitos Judiciais de Sinistros no montante de R\$ 6.590 (R\$ 7.685 em 31/12/2021).

II - Provisões Fiscais e Previdenciárias

As provisões fiscais e previdenciárias correspondem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de lançamento de ofício, acrescido de juros, multa e, encargos quando aplicável.

Abaixo está demonstrada a movimentação das provisões:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Obrigação Legal	Ações Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo Inicial - 01/01	6.707	16.126	22.833	21.867
Atualização / Encargos	100	367	467	870
Movimentação do Período Refletida no Resultado	-	7	7	96
Constituição	-	7	7	96
Saldo Final	6.807	16.500	23.307	22.833
Saldo Final em 31/12/2021	6.707	16.126	22.833	
Depósitos em Garantia de Recursos em 30/06/2022	5.048	130	5.178	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2021	3.607	127	3.734	

III - Contingências não Provisionadas no Balanço

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por:

Ações Cíveis e Trabalhistas

Nas Ações Cíveis de perda possível, o risco total estimado é de R\$ 42.041 (R\$ 36.152 em 31/12/2021).

Não existem Ações Trabalhistas de perda possível.

Ações Fiscais e Previdenciárias

As Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível totalizam R\$ 126.809 (R\$ 118.499 em 31/12/2021), sendo as principais discussões descritas a seguir:

- ISS - Atividades Bancárias/Estabelecimento Prestador - R\$ 80.006: discute-se a incidência e/ou local do recolhimento de ISS para determinadas receitas bancárias.

- IRJP e CSLL - Glosa de Prejuízos - R\$ 23.680: discute-se o montante do prejuízo fiscal (IRPJ) e/ou base negativa da CSLL utilizados pela Receita Federal na lavratura de autos de infração, que ainda estão pendentes de decisão definitiva.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 8.992: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.

c) Garantias de Contingências

As garantias relativas a discussões judiciais que envolvem a empresa são compostas basicamente por valores que estão vinculados ou depositados no montante de R\$ 7.770 (R\$ 7.528 em 31/12/2021).

Nota 6 - Detalhamento de Contas

a) Sinistros Ocorridos

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Sinistros	(138.411)	(179.942)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(457)	(1.230)
Serviços de Assistência	(905)	(1.196)
Despesas com Benefícios	(33.392)	(58.355)
Total	(173.165)	(240.723)

b) Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas

Refere-se basicamente a administração de fundos de investimentos e percentual incidente sobre as contribuições pagas pelo participante, para fazer face às despesas administrativas do plano.

c) Custos de Aquisição

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Comissão sobre Prêmios Emitidos	(51.176)	(52.260)
Corretagem e Agenciamento	(2.110)	(1.916)
Variação do Custo de Aquisição Diferido	357	4.225
Outros	(12.361)	(13.405)
Total	(65.290)	(63.356)

d) Despesas Administrativas

	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Convênio de Rateio de Custos Comuns	10a	(330.989)	(245.674)
Outras		(15.793)	(12.751)
Total		(346.782)	(258.425)

e) Resultado Financeiro

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receitas Financeiras	9.663.115	3.272.563
Fundos de Investimentos	8.686.386	2.227.033
Títulos de Empresas	964.423	1.039.178
Outras	12.306	6.352
Despesas Financeiras	(9.517.682)	(3.429.161)
Atualização de Operações de Seguros e Previdência	(9.481.526)	(3.423.886)
Títulos de Empresas	(35.162)	(4.013)
Outras	(994)	(1.262)
Resultado Financeiro	145.433	(156.598)

Nota 7 - Tributos

A empresa apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Os tributos são calculados pelas alíquotas abaixo demonstradas e consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	15,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado Antes dos Impostos e Participações	205.072	(394.191)
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(82.029)	157.676
Acréscimos / Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado Patrimonial	6.856	8.719
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.363	(22)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(73.810)	166.373

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	Nota	31/12/2021	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2022
Refletido no Resultado		51.321	(29.193)	34.008	56.136
Ajustes ao Valor Justo de Títulos para Negociação		23.077	(23.101)	31.881	31.857
Obrigações Legais		866	-	-	866
Provisões		16.786	(1.335)	1.802	17.253
Outras Provisões Indedutíveis		10.592	(4.757)	325	6.160
Refletido no Patrimônio Líquido		138.605	-	114.455	253.060
Ajustes ao Valor Justo de Títulos Disponíveis para Venda e Outros		138.605	-	114.455	253.060
Total⁽¹⁾	7c	189.926	(29.193)	148.463	309.196

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Créditos Tributários e Previdenciários, no valor de R\$ 425.843 (R\$ 344.329 em 31/12/2021), e está representado por R\$ 309.196 (R\$ 189.926 em 31/12/2021) de Tributos Diferidos e R\$ 116.647 (R\$ 154.403 em 31/12/2021) referente a Tributos a Compensar.

II - O saldo de Obrigações Fiscais Diferidas e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2021	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2022
Refletido no Resultado	108.830	-	762	109.592
Ativos Intangíveis	103.117	-	-	103.117
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Provisões	5.387	-	701	6.088
Outras	326	-	61	387
Total	108.830	-	762	109.592
Total Líquido	81.096	(29.193)	147.701	199.604

c) Estimativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2022	3.330	1,1%
2023	6.305	2,0%
2024	6.458	2,1%
2025	2.133	0,7%
2026	20.851	6,7%
2027 a 2029	110.711	35,8%
2030 a 2031	159.408	51,6%
Total	309.196	100,0%
Valor Presente ⁽¹⁾	233.905	

1) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, basicamente ao volume de operações de seguros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários apresentada acima não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Nota 8 - Investimentos

Os investimentos em coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Resultado de Participações Societárias

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	% de Participação		Quantidade de Ações Ordinárias	Investimento em 31/12/2021	Movimentação de 01/01 a 30/06/2022			Investimento em 30/06/2022	Resultado de Participações de 01/01 a 30/06/2021
				Votante	Total			Dividendos Pagos / Provisionados	Outros Eventos ⁽¹⁾	Resultado de Participações		
Itauseg Saúde S.A.	402.600	813.521	19.729	46,28%	46,28%	10.985.071.384	370.348	-	(2.981)	9.131	376.498	18.225

1) Contemplam eventos societários decorrentes de aquisições, cisões, incorporações, aumentos ou reduções de capital e outros resultados abrangentes, se aplicável.

Nota 9 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por 1.094.526.547 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 31/03/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 120.000, mediante capitalização de Reservas de Lucros, sem emissão de novas ações, aprovada pela Portaria SUSEP nº 237 em 25/06/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 27/05/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 200.000, em dinheiro, com emissão de 52.289.175 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovada pela Portaria SUSEP nº 398 em 20/09/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30/06/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 500.000, em dinheiro, com emissão de 130.994.077 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovada pela Portaria SUSEP nº 429 em 07/10/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30/09/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 105.000, em dinheiro, com emissão de 30.579.520 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, aprovada pela Portaria SUSEP nº 559 em 26/12/2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 29/10/2021, foi deliberado o aumento do capital social em R\$ 300.000, em dinheiro, com emissão de 89.266.019 novas ações ordinárias, nominativas (rerratificada em AGE de 12/01/2022) e sem valor nominal, aprovada pela Portaria SUSEP nº 682 em 28/03/2022.

b) Dividendos

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios em cada exercício, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado conforme disposto no Estatuto Social.

Remuneração aos Acionistas

	30/06/2022			30/06/2021		
	Bruto	IRRF	Líquido	Bruto	IRRF	Líquido
Pagos	140.000	(21.000)	119.000	-	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio (provisionados no período anterior)	140.000	(21.000)	119.000	-	-	-

Os dividendos provisionados são registrados na rubrica Obrigações a Pagar, quando aplicável.

Nota 10 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Itaúseg Participações S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.
- Empresas do Grupo - as participações diretas da ITAÚ VIDA, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.
- Fundos de Investimentos – fundos sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.

	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2022	31/12/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Aplicações	5.256.368	5.472.499	368.446	301.656
Fundos de Investimentos	5.256.368	5.472.499	368.446	301.656
Valores a Receber (Pagar) / Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais	33.428	36.816	160.624	(71.064)
Empresas do Grupo	33.428	36.816	160.624	(71.064)
Aluguéis	-	-	1.706	1.554
Empresas do Grupo	-	-	1.706	1.554
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Inclui atualização monetária registrada no Resultado Financeiro)	-	-	(331.628)	(245.668)
Empresas do Grupo	-	-	(331.628)	(245.668)

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da empresa no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Honorários	(360)	(360)
Benefícios Pós-Emprego	(2)	(2)
Total	(362)	(362)

Nota 11 - Gerenciamento de Risco

a) Estrutura de Gerenciamento, papéis e responsabilidades

Em linha com as boas práticas nacionais e internacionais e para garantir que os riscos oriundos dos produtos de seguros, previdência privada e capitalização sejam adequadamente identificados, mensurados, avaliados, reportados e aprovados nos fóruns pertinentes, a empresa possui estrutura de gerenciamento de riscos, análoga à estrutura utilizada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING, cujas diretrizes são estabelecidas em normativo institucional, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias expostas a esses riscos, no Brasil e exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas financeiras.

b) Riscos das Operações e Subscrição

A empresa oferta seus produtos aos clientes por distribuição *bancassurance* e distribuição direta. Os produtos de seguros de vida, acidentes pessoais são majoritariamente distribuídos pela operação *bancassurance*.

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações podem resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida individual e vida com cobertura de sobrevivência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro, risco comportamental e risco de subscrição.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (Vida com Cobertura de Sobrevivência, em sua maioria) e ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os riscos de seguros e previdência, decorrem de perdas que contrariem as expectativas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING atreladas as operações de produtos comercializados nas supervisionadas SUSEP.

No risco de subscrição decorre do uso de metodologias e/ou premissas na precificação dos produtos, as quais podem se materializar de formas diferentes, contrariando as expectativas do produto ofertado: (i) Seguros é resultante da alteração no comportamento do risco em relação ao aumento na frequência e/ou severidade dos sinistros ocorridos, contrariando as estimativas de precificação; e (ii) Previdência Privada é observado no aumento na expectativa de vida ou no desvio das premissas utilizadas nas reservas técnicas.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica da empresa, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

I - Efeito das mudanças nas premissas atuariais

Para mensurar o efeito de mudanças nas premissas atuariais, foram realizados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes dos fluxos de caixa das obrigações futuras. A análise de sensibilidade considera uma visão dos impactos de como a alteração de premissas poderia afetar o resultado do período e o patrimônio líquido da data do balanço. Este tipo de análise comumente se dá na condição *ceteris paribus*, onde se mede a sensibilidade de um sistema quando se altera uma variável de interesse mantidas inalteradas todas as outras. Os resultados encontrados estão evidenciados no quadro a seguir.

Teste de Sensibilidade	Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido ⁽¹⁾					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros		Previdência Complementar e Vida com Cobertura por Sobrevivência	Seguros	
Bruto de Resseguros		Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros		Líquido de Resseguros	
Taxa de Mortalidade						
Acréscimo de 5%	43.409	(8.127)	(8.025)	47.163	(6.889)	(6.798)
Decréscimo de 5%	(52.494)	8.161	8.060	(50.157)	6.835	6.745
Taxa de Juros Livre de Risco						
Acréscimo de 0,1%	111.118	2.391	2.361	97.996	2.645	2.610
Decréscimo de 0,1%	(120.135)	(2.423)	(2.393)	(100.074)	(2.684)	(2.648)
Taxas de Conversão em Renda						
Acréscimo de 5%	(6.859)	-	-	(6.393)	-	-
Decréscimo de 5%	6.879	-	-	6.401	-	-
Sinistros						
Acréscimo de 5%	-	(10.775)	(10.625)	-	(11.133)	(10.968)
Decréscimo de 5%	-	10.775	10.625	-	11.133	10.968

1) Valores líquidos dos efeitos tributários.

II - Concentração de Riscos

Para a empresa não há concentração de produtos em relação aos prêmios de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de distribuição.

Gestão de Risco Antes e Depois de Resseguro dos Maiores Ramos de Atuação

	Prêmios Emitidos		Resseguros		Prêmios Retidos	
	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
VGBL	3.921.983	3.603.241	-	-	3.921.983	3.603.241
PGBL	1.042.099	907.178	-	-	1.042.099	907.178
Vida em Grupo	231.635	224.237	61	63	231.696	224.300
Pensão, Pecúlio e Invalidez	126.887	95.433	(1.650)	(626)	125.237	94.807
Tradicional	67.737	57.008	-	-	67.737	57.008
Acidentes Pessoais Coletivo	60.537	56.415	17	18	60.554	56.433
Doenças Graves ou Terminais	34.834	38.397	4	5	34.838	38.402
Demais Ramos	10.283	10.218	1	23	10.284	10.241
Total	5.495.995	4.992.127	(1.567)	(517)	5.494.428	4.991.610

c) Risco Operacional, Mercado, Crédito e Liquidez

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A empresa classifica internamente seus eventos de risco em:

- Fraude interna.
- Fraude externa.
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços.
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso.
- Interrupção das atividades.
- Falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI).
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

Ações relacionadas à prevenção a fraudes são conduzidas pela área de inspetoria. Independentemente da origem, os casos específicos podem ser deliberados nos comitês de riscos e comitês de integridade e ética. A empresa possui governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam ao Conselho de Administração, com papéis e responsabilidades bem definidos de forma a segregar as atividades de negócio, gestão e controle, assegurando a independência entre as áreas e, conseqüentemente, decisões equilibradas em relação aos riscos. Isto se reflete na gestão dos riscos executada de forma descentralizada, que é responsabilidade das áreas de negócio, e pelo controle centralizado, executado pela área de controles internos, *compliance* e risco operacional, através de metodologias, treinamento, certificação e monitoramento do ambiente de controles de maneira independente.

II - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de câmbio, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado encontra-se aderente à Resolução CMN 4.557 e alterações posteriores, constituindo um conjunto de princípios que norteiam a estratégia no controle e gerenciamento de risco de mercado de toda a instituição.

A estratégia de gerenciamento de riscos do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado.
- Perfil da carteira do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

A estrutura de controle de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem a função de:

- Proporcionar visibilidade e conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco global e sua evolução no tempo.
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados.
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio.
- Monitorar e evitar a concentração de riscos.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das unidades de negócio e responsável por executar as atividades diárias de: (i) mensuração e avaliação de risco, (ii) monitoramento de cenários de estresse, limites e alertas, (iii) aplicação, análise e testes de cenários de estresse, (iv) reporte de risco para os responsáveis individuais dentro das unidades de negócios de acordo com a governança do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, (v) monitoramento de ações necessárias para o reajuste de posições e/ou níveis de risco para fazê-los viáveis, e (vi) apoio ao lançamento de novos produtos financeiros com segurança.

O CMN possui regulamentos que estabelecem a segregação de exposição ao risco de mercado em fatores de risco, tais como: taxas de juros, taxas de câmbio, ações e *commodities*. Os índices de inflação brasileiros também são tratados como um grupo de fatores de risco e seguem a mesma estrutura de governança de limites.

A estrutura de limites e alertas é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos que visam a melhorar o processo de acompanhamento e compreensão dos riscos, bem como evitar sua concentração. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio, a liquidez, a complexidade e as volatilidades dos mercados, bem como o apetite de risco da instituição.

As análises do risco de mercado, em relação às operações de seguros, são realizadas com base nas seguintes métricas e medidas de sensibilidade e controle de perdas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança.

- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos e históricos).
- Sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*): impacto no valor justo dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base nas taxas de juros atuais ou na taxa do indexador.
- Concentração: exposição acumulada de determinado instrumento financeiro ou fator de risco, calculada a valor justo ("*MtM - Mark to Market*").

Na tabela, apresenta-se a análise de sensibilidade (*DV01 - Delta Variation*) em relação às operações de seguros:

Classe	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	5.923.307	(6.492)	5.121.553	(5.633)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-C)	5.020.058	(2.907)	4.636.927	(2.894)
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	252.841	(155)	204.612	(118)
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	139.912	(41)	112.628	(13)
Títulos Privados				
Indexado a IPCA	354.033	(370)	339.696	(339)
Indexado a IGP-M	-	-	4.850	-
Indexado a PRÉ	20.720	(2)	12.821	(1)
Ações	389.424	3.894	345.691	3.457
Ativos Pós-Fixados	3.584.560	-	3.699.240	-
Compromissadas Over	805.112	-	1.312.082	-
Total⁽¹⁾	16.489.967		15.790.100	

1) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica Aplicações.

III - Risco de Liquidez

A empresa identifica o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez para as operações de seguros é feito de forma contínua, a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos relativo aos seus passivos, vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela carteira de ativos financeiros.

Os ativos financeiros são gerenciados com o objetivo de otimizar a relação entre o risco e o retorno dos investimentos, levando em conta, de forma parcimoniosa, as características dos seus passivos. O controle integrado de risco, leva em conta os limites de concentração por emissor e risco de crédito, as sensibilidades e limites de risco de mercado e o controle de risco de liquidez dos ativos. Dessa forma, os investimentos são concentrados em títulos públicos e privados com boa qualidade de crédito em mercados ativos e líquidos, mantendo montante considerável investido em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às necessidades regulares e contingenciais de liquidez. Além disso, a empresa efetua um constante monitoramento das condições de solvência de suas operações de seguros.

Passivo	Ativo	30/06/2022			31/12/2021		
		Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo	Valor do Passivo ⁽¹⁾	Duration (meses) do Passivo	Duration (meses) do Ativo
Operações de Seguros	Ativo Garantidor						
Prêmios não Ganhos (PPNG)		368.800	35,2	18,8	354.135	37,5	18,5
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR), Despesas Relacionadas (PDR) e Sinistros a Liquidar (PSL)		207.819	35,2	18,8	188.143	37,5	18,5
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBAC / PMBC)		2.033	30,4	18,8	2.082	37,5	18,5
Subtotal		578.652			544.360		
Operações de Previdência, VGBL e Vida Individual							
Despesas Relacionadas (PDR)	Depósitos de Recebíveis Imobiliários (CRI)						
Prêmios não Ganhos (PPNG)	Debêntures						
Sinistros a Liquidar (PSL)	Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	68.688	92,3	74,6	64.620	103,8	76,4
Eventos Ocorridos e não Avisados (IBNR)	Letras Financeiras (LF)	11.744	13,7	18,8	12.018	16,0	18,5
Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR)	Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	77.619	13,7	18,8	78.391	16,0	18,5
Matemática de Benefícios Concedidos (PMBAC)	Letras do Tesouro Nacional (LTN)	4.041.994	92,3	74,6	3.776.593	103,8	76,4
Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) - PGBL / VGBL	Títulos Privados	202.917.081	182,1	51,9	197.585.037	134,0	55,2
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicionais		8.177.353	212,0	83,2	7.512.936	195,9	79,8
Excedente Financeiro (PEF)		698.776	212,0	83,2	691.338	195,9	79,8
Subtotal		216.385.682			210.106.264		
Total Provisões Técnicas		216.964.334			210.650.624		

1) Valores Brutos de Direitos Creditórios, Depósitos Judiciais e Resseguro.

IV - Risco de Crédito

A empresa entende o risco de crédito como o risco de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Assim, para um contrato de seguro, o risco de crédito inclui o risco de que a seguradora venha a incorrer em perda financeira devido ao não cumprimento das obrigações decorrentes de um contrato, decorrente da insolvência ou falta de liquidez das resseguradoras, segurados e emissores de ativos financeiros.

IV.I – Resseguradores

As operações de resseguro são controladas por meio de política interna. Adicionalmente observamos as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, o item “classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco”.

As operações de prêmios emitidos de resseguros estão representadas basicamente por Mapfre Re do Brasil Companhia de Resseguros (local) com 60% e RGA Global Reinsurance Company LTD (admitido) com 40% (mesmos percentuais (%'s) observados em 31/12/2021).

IV.II – Prêmios a receber

Para o risco de crédito decorrente dos prêmios vencidos, a empresa considera irrelevante, uma vez que os casos com pagamento de cobertura inadimplentes, segundo a regulamentação brasileira, podem ser cancelados. Ademais, a empresa possui metodologia própria para provisionar o valor recuperável de prêmios de seguros. Esta metodologia permite uma redução no valor recuperável no caso de prêmios a receber vencidos e não pagos, referentes a apólices que não tenham sido canceladas. O comportamento deste risco é monitorado trimestralmente quando ocorre a atualização do modelo.

Para visão detalhada da exposição ao risco de prêmios a serem recebidos consultar Nota 4 – Contrato das Operações.

IV.III – Aplicações

A exposição ao risco de crédito, decorrente de títulos privados utilizados como ativos garantidores para as provisões técnicas, são monitorados diariamente, por área independente à área de investimentos. O limite de exposição é aprovado em comitês superiores e reportado diariamente a aderência à área de risco de crédito e investimento.

Para visão detalhada da exposição ao risco de crédito de aplicações consultar Nota 3 – Aplicações.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Gestão e Controle de Risco de Mercado / Risco de Crédito / Gestão e Controle de Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das

demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.italu.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

Nota 12 - Informações Suplementares

a) Comitê de Auditoria Único

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, a empresa aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

b) Efeitos da COVID-19 “Coronavírus”

A empresa monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. A empresa identificou aumento nas despesas com sinistros relativos a COVID-19 no período, principalmente relacionado aos seguros de vida, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

c) Medida Provisória (MP) 1.115/22

Emitida em 28 de abril de 2022, altera a Lei nº 7.689/88 que dispõe, principalmente, sobre a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 15% para 16% para as empresas seguradoras e de previdência no período de 01/08/2022 a 31/12/2022, com o restabelecimento da alíquota em 01/01/2023.

Essa MP não ocasionou efeitos nas Demonstrações Financeiras da empresa no período findo em 30/06/2022, pois ainda será apreciada pelo Congresso Nacional.

***Itaú Vida e
Previdência S.A.***
***Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Itaú Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itaú Vida e Previdência S.A. ("Itaú Vida"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaú Vida e Previdência S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Itaú Vida, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência (Notas 2 (c.IV), 2 (d.VII) e 4)

A Itaú Vida apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdências, registradas nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros e Previdência" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar" nas demonstrações financeiras.

A mensuração dos valores dessas provisões técnicas, como a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), e a Provisão Complementar de Cobertura (PCC), depende de metodologias de cálculo com base nas premissas determinadas nos contratos de previdência.

Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação de Passivos (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na PCC. O TAP envolve a apuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontado por taxa de juros livre de risco (ETTJ) e a utilização de premissas atuariais tais como, mortalidade e conversão em renda.

Considerando a relevância dos valores, especificamente da PMBaC e PMBC; e as incertezas e julgamentos envolvidos no TAP para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Confirmamos nosso entendimento do desenho dos principais controles para mensuração dessas provisões técnicas.

Para a PMBaC: (i) testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis, (ii) testamos a movimentação das cotas e dos valores dessa provisão para os produtos da modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL), (iii) conferência, em base amostral, da atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados.

Para a PMBaC e PMBC para os produtos da modalidade Fundo Gerador de Benefícios (FGB) e PCC, com apoio de nossos especialistas atuariais, efetuamos procedimentos de avaliação qualitativa das metodologias de cálculo e principais premissas atuariais e financeiras consideradas pela Administração na mensuração dessas provisões técnicas, incluindo o TAP, bem como suas correspondentes implementações de acordo com as notas técnicas atuariais. Adicionalmente, efetuamos procedimentos de recálculo em base amostral, das provisões PMBaC e PMBC.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a mensuração das provisões técnicas, são apropriados e consistentes.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Itaú Vida está inserida dentro do ambiente de controle do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), controlador indireto da Itaú Vida.

O Banco e suas controladas são dependentes da sua estrutura de tecnologia para processamento de suas operações e consequente elaboração das demonstrações financeiras. A tecnologia representa aspecto fundamental na evolução dos

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do ambiente de Tecnologia da Informação, incluindo os controles automatizados dos sistemas aplicativos relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes do desenho e da efetividade

Porque é um PAA

negócios do Banco e suas controladas e nos últimos anos, foram feitos investimentos significativos de curto e longo prazo em sistemas e processos de Tecnologia da Informação.

A estrutura de tecnologia, portanto, é composta por mais de um ambiente com processos distintos e controles segregados. Adicionalmente, parte substancial das equipes do Banco e suas subsidiárias vem realizando suas atividades de forma remota (*home office*) o que gera a necessidade de adaptações aos processos e infraestrutura de tecnologia para a manutenção da continuidade das operações.

A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como ocasionar riscos relacionados à segurança da informação e *cybersecurity*. Dessa forma, essa área continuou como foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dos principais controles relevantes, bem como a execução de testes realizados com a segurança da informação, incluindo gestão de acesso, segregação de função e monitoramento da capacidade de operação da infraestrutura de tecnologia.

Os procedimentos de auditoria aplicados, resultaram em evidências apropriadas que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Itaú Vida é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Itaú Vida é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Itaú Vida e Previdência S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Itaú Vida continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Itaú Vida ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Itaú Vida são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Itaú Vida e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

Itaú Vida e Previdência S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Itaú Vida.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Itaú Vida. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Itaú Vida a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da coligada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Itaú Vida. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essa investida e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Itaú Vida.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4